



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL PÓS-DURBAN

Ricardo de Souza Janoario

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ESS

janoario@oi.com.br

INTRODUÇÃO

Na história do Ocidente a desigualdade entre os seres humanos tem se manifestado de diversas formas: seja pela diferença sexual, pela dominação de terras estrangeiras, pela migração de indivíduos de outras nacionalidades, seja pela colonização de outros povos. Neste panorama histórico, marcado pela colonização, escravidão e autoritarismo, a imagem social construída sobre os negros não foi a mais positiva. Tal imaginário abriu margens para solidificação de teorias raciais repletas de cientificismo que, por muito tempo, atestaram a inferioridade da população negra, a degenerescência do mestiço, o ideal de branqueamento, a primitividade da cultura negra e a democracia racial. Portanto, podemos afirmar que o racismo surge no Brasil associado à escravidão e solidifica-se como discurso, difundindo-se no país como matriz de interpretação do desenvolvimento nacional¹.

O presente trabalho visa discutir o que tem impossibilitado o desenvolvimento de políticas de combate às desigualdades raciais no Brasil pós-Durban, trazendo um debate sobre as desigualdades raciais contidas nos indicadores sociais - **Educação, Saúde, Mercado de Trabalho e Mortalidade/Violência** - da população negra brasileira.

As desigualdades na sociedade brasileira são facilmente visíveis e de graves consequências para a população afro-brasileira e para o país como um todo. A literatura é pródiga em trabalhos que demonstram, ao longo de décadas, a presença e a persistência das desigualdades raciais e da situação subalterna do negro na sociedade (FERNANDES, 1978; GUIMARÃES, 1999, 2002; HASENBALG e SILVA, 1988, 1992, 1999; HERINGER, 2002b; HERINGER, 2005).

Diante de uma sociedade em que ser branco(a) é a “norma”, ou seja, a noção hegemonicamente estabelecida e legitimada indica que a branquura é associada a uma situação de privilégio, lidamos com talvez um dos mais importantes pilares de sustentação do racismo no Brasil: o silêncio. Silêncio este, tão bem conhecido de

¹ (Cf. GUIMARÃES, 2009 e GOMES, 2001)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

negros, mulatos, morenos, afrodescendentes ou quaisquer outras denominações atribuídas à tonalidade da pele – que sofrem ao longo das suas vidas com as consequências do racismo, da discriminação, do preconceito, da segregação, da suspeita. (HERINGER e FERREIRA, 2009, p. 260).

A Conferência Mundial² contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, convocada pela ONU e realizada em Durban, África do Sul, em 2001, representa um marco de contestações do movimento negro e para a discussão e implementação de políticas de ação afirmativa na sociedade. A Conferência trouxe para o debate os principais avanços e desafios para a eliminação das desigualdades raciais na jovem democracia brasileira.

No decorrer do primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) observamos uma mudança no tratamento da política pública ao perceber a importância da participação dos setores populares organizados na concepção e no objetivo da política sob a bandeira da inclusão social. No que diz respeito à população afrobrasileira a inclusão social, diferentemente do governo FHC, que optou pela criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para propor políticas de valorização da população negra, o governo Lula optou por uma visão integral e sistêmica da política social. (SILVÉRIO, 2009, p. 28).

O Governo Lula prosseguiu e aprofundou esses avanços. Sancionou, no dia 09 de janeiro de 2003, a lei nº 10.639, a primeira do seu governo. A referida lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e introduz a obrigatoriedade da temática da História e cultura afrobrasileira no ensino básico. Nomeou vários ministros negros, criou a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e marcou um importante lugar na história ao indicar o primeiro ministro negro - o jurista Joaquim Barbosa Gomes – para o Supremo Tribunal Federal. Além de algumas universidades públicas, lideradas pela Uerj, pela Unesb e pela UnB, iniciaram

² A III Conferência Mundial contra o racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata foi realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. O governo brasileiro já havia se feito representar nas duas conferências mundiais contra o racismo realizadas em 1978 e 1983, em Genebra. Apesar de o tema do racismo e do preconceito racial ter surgido nas conferências anteriores, especialmente a de Viena, Copenhague e Pequim, foi na II Conferência Mundial contra o Racismo que a questão foi aprofundada. Na III Conferência Mundial contra o Racismo foi aprovada a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (Cerd) e o Programa de Ação de Durban, cuja relatora foi a brasileira Edna Roland. (PAIXÃO, 2006, p.160)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

programas de cotas para negros, e de deliberação sobre projetos semelhantes. Temos o surgimento de um novo protagonismo intelectual negro.

As pesquisas disponíveis sobre desigualdades raciais no Brasil são, portanto, unânimes em apontar que existem disparidades entre brancos e negros no que diz respeito à renda, à educação, à habitação, à saúde, etc. Ainda que políticas de universalização de direitos sejam mais eficazes em reduzir as desigualdades no Brasil, elas não serão capazes de desfazer, por si só, os nichos de privilégios meritocráticos, dominados por um grupo de cor.

A desigualdade entre brancos e negros é hoje percebida como uma das mais perversas dimensões do tecido social brasileiro. A divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatística e de pesquisa, os quais serão pontos de referência neste projeto, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), apontam que grandes diferenciais raciais marcam todos os campos da vida social - educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, onde os negros se encontram submetidos às piores condições.

O que estamos tratando aqui, portanto, é a afirmação do racismo como elaboração e expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos. A pobreza, a baixa qualidade da escola pública, preparação insuficiente, pouca persistência, pouco apoio familiar e comunitário além da injusta forma de seleção para acessar uma universidade, vêm sendo apontados como os principais fatores de exclusão dos negros. Ao examinar as desigualdades raciais nas últimas décadas conclui-se que a posição relativa dos negros e brancos na hierarquia social não foi substancialmente alterada com o processo de crescimento e modernização econômica. (GUIMARÃES, 2009, p. 214).

DESIGUALDADE RACIAL: O QUE AS ESTATÍSTICAS TÊM A NOS DIZER?

O relatório apresentado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, do Brasil) e o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2003) sobre a situação da região em relação às metas do milênio destacam que em todos os países da América Latina, sem exceção, padecem de uma enorme desigualdade. [...] “A desigualdade se faz em todas as principais dimensões da vida cotidiana da região. O Gini da terra na América Latina é muito pior que os de todas as demais regiões do planeta”. (SEN e KLIKSBERG, 2010, pp 144-145).

Diante das discussões e debates a respeito das desigualdades raciais na sociedade brasileira e o aumento dos dados estatísticos oficiais sobre tais desigualdades, nos debruçaremos em pelo menos quatro eixos que farão parte de nossa análise: **Educação, Saúde, Mercado de Trabalho e Mortalidade:**

DESIGUALDADE RACIAL E EDUCAÇÃO

No campo da educação, as desigualdades raciais se manifestam de diferentes formas. Como, por exemplo, o acesso e a permanência na escola, apresentam diferenças gritantes entre alunos negros e brancos. Uma das conclusões que se pode tirar desses estudos é que como a maioria da população negra é pobre, ela fica majoritariamente retida no ensino fundamental. Os negros demorariam de 40 a 67 anos para se igualarem, em termos de anos de escolarização média, aos brancos e mais de 100 anos para atingirem os mesmos níveis salariais. A preocupação com a educação e a escola ganha centralidade nos vários pronunciamentos governamentais, como forma de superação do grave quadro de iniquidade social com base nas diferenças raciais (SILVÉRIO, 2009, p. 25).

Um dos principais fatores preocupantes no campo da Educação é o analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais. No ano de **2001** o Brasil apresentava **16 milhões de analfabetos**, desse contingente **18,2%** eram **pretos e pardos** e **7,7%** brancos. Em **2011** temos **14 milhões de analfabetos**, onde **13,4%** pretos e pardos e **5,9%** brancos. Dentre outros fatores que se destacam temos o **acesso ao ensino superior** da população de 18 a 24 anos. No período de **1995-2006**, apenas **12,1% de pretos e pardos** tinham acesso ao ensino superior. Tal fato permanece no período de **2008-2011**, onde **13% de pretos e pardos** frequentam uma instituição de ensino superior. Se compararmos com a população branca temos uma gritante



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

disparidade: no intervalo de **1995-2006, 30,7% de brancos** estavam na universidade, fato que se manteve no intervalo de **2008-2011**, com o representativo de **31,7%**³.

Diante dessa realidade, podemos questionar até que ponto o campo da educação, pós-Durban, está conseguindo incorporar as demandas históricas do movimento negro em prol da educação? Em que medida o MEC tem avançado no reconhecimento da diversidade étnico-racial como uma questão política? Seriam as universidades um espaço de formação intelectual, onde o indivíduo é capaz de tornar-se crítico diante da realidade na construção de uma sociedade que não seja desigual? Ou seria a universidade mais um espaço de perpetuação das desigualdades?⁴.

Decerto, ao fechar os olhos para a realidade peculiar dos alunos e alunas negros, o sistema de ensino não distingue que esses enfrentam uma série de problemas especialmente típicos desse grupo: i) a entrada precoce deste grupo no mercado de trabalho; ii) a baixa qualidade do ensino público, foco dos estudantes afro-descendentes; iii) imposição de um conteúdo programático que não valoriza o universo dos afro-descendentes e, portanto, não estimula a elevação de sua auto-estima; iv) a presença do racismo e do preconceito em sala de aula e no ambiente escolar, que reduz o estímulo à continuidade dos estudos; v) a falta relativa de bons exemplos no mercado de trabalho que possam sinalizar melhores perspectivas de retorno profissional financeiro mediante o esforço em prol da continuidade dos estudos. (PAIXÃO, 2006, p. 87).

A permanência deste padrão de desigualdade educacional entre negros e brancos encontra-se igualmente explicitada no trabalho realizado por Ricardo Henriques (2001:27), onde ele demonstra que “um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – e a mesma observada entre seus avós. (...) A escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros [2,3 anos em média], mantém-se absolutamente estável entre as gerações”.

Em suma, debater sobre discriminação no ambiente escolar não é realizar um discurso de lamentação, mas dar visibilidade à discriminação de que crianças e

³ Cf. IPEA, 2002; PAIXÃO, M e CARVANO, L.M. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil – 2007-2008. LAESER.

⁴ Cf (GOMES, 2009)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

adolescentes negros são alvos. Pesquisar o assunto é fundamental para compreender como se dão às relações raciais no interior da escola.

DESIGUALDADE RACIAL E SAÚDE

O histórico de iniquidade racial no Brasil ainda repercute no acesso de habitantes autodeclarados negros aos serviços de saúde. Atualmente, segundo o Ministério da Saúde, entre os negros, o risco de morrer por tuberculose, por exemplo, é 70% maior em relação aos brancos; a morte materna por hipertensão é mais acentuada entre as mulheres negras. De acordo com o Ministério da Saúde em 2003, **62%** das **mulheres brancas** referem sete ou mais consultas de pré-natal, enquanto somente **37%** das **pardas** obtiveram este número de consultas. Mostrou que a hipertensão arterial durante a gravidez estava entre as principais causas de morte materna, sendo mais frequentes entre as mulheres negras. Apontou que o risco de uma **criança negra** morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias foi **60%** maior que o risco de uma **criança branca**, e que o risco de morte por desnutrição foi **90%** maior entre **crianças pretas e pardas** que entre as **brancas**. A morte do **homem negro** por causas externas é **70%** maior quando comparada com o homem branco (CRIOLA, 2007).

Segundo dados do IPEA (2008) em 2003, o SUS foi responsável por 63,5% dos atendimentos e 69,3% das internações ocorridas no país. Os dados retratam grande diferença entre a população branca e negra. A população **branca** teve **54%** dos **atendimentos** e **59%** das **internações** cobertas pelo SUS, enquanto a população **negra** as proporções foram **76%** e **81,3%** respectivamente. Se considerarmos o quesito **expectativa de vida**⁵, também encontramos iniquidades entre negros e brancos. O ano de **2001** a expectativa de vida entre os **negros** girava em torno de **64 anos**, para os **brancos 70 anos**. No intervalo de **2008-2011** verificamos um aumento da expectativa de vida da população, porém a desigualdade racial ainda persiste. No caso da **população negra** a expectativa de vida gira por volta de **66,7 anos** e da **população branca 72,3 anos**.

De fato, a expectativa de vida da população está ligada a outros fatores, saúde, educação, poder de compra, condições materiais, os quais atingem diretamente na

⁵ Cf. NEPO – Núcleo de Estudos de População da Unicamp.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

expectativa de melhores condições de vida. Diante desse universo podemos tomar como um pequeno exemplo condições básicas do cotidiano, tais como saneamento básico - atividade relacionada com o abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana, de condições básicas para quaisquer seres humanos viverem dignamente.

Se compararmos as estáticas de 2001-2006, encontramos grande desigualdade também no quesito saneamento básico. No ano de 2001, **50% de negros** viviam **sem saneamento**, enquanto **26,4% de brancos** viviam sem. Em 2006 há uma redução entre a população que sofre sem saneamento básico, porém a desigualdade ainda persiste. Segundo IPEA, 35,9% de negros ainda vivem sem saneamento enquanto 18,7% da população branca vive sofre com a ausência de saneamento.

Barata (2009:66) destaca que alguns problemas e comportamentos de saúde apresentam maior associação com a exposição a situações de discriminação e racismo: transtornos mentais, hipertensão arterial, baixo peso e prematuridade, doenças cardíacas, diabetes e obesidade, acumulação das sensações de medo e raiva, diagnósticos e tratamentos tardios ocasionados pela menor possibilidade de acesso aos serviços abuso de álcool e drogas e tabagismo.

Há uma série de doenças que apresentam especial prevalência sobre a população afro-descendente derivadas de motivos étnicos. Segundo o *Manual de doenças mais importantes por razões étnicas na população brasileira afro-descendente* (2001), entre as doenças decorrentes desses fatores listam-se: anemia falciforme, deficiência de 6-glicose-fosfato-desidrogenase, hipertensão arterial, doenças hipertensiva específica da gravidez e diabetes mellitus.

O conjunto de problemas associados que impedem a análise das desigualdades raciais na área da saúde diz respeito à baixa qualidade dos indicadores do perfil de morbidade e de mortalidade da população em geral⁶. O problema reside na ausência de um pleno acesso da população aos sistemas regulares de saúde, o que faz com que muitas vezes as pessoas optem por tratamentos não convencionais, cujos registros ficam, portanto, à margem dos sistemas oficiais de informação de doenças.

É certo que o fato das pessoas receberem o atendimento médico ou hospitalar não quer dizer que virão a ser atendidas de forma condigna. Segundo indicadores

⁶ Cf. (PAIXÃO, 2006)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

produzidos pela Fundação Perseu Abramo e pelo Instituto Rosa Luxemburgo, em 2003, entre as pessoas negras que já haviam relatado ter sofrido discriminação, 68% relataram tê-la sofrido no hospital e 26% nos postos de saúde.

Segundo Sen e Kliksberg (2010:142), qualquer concepção de justiça social que aceite a necessidade de uma distribuição equitativa e de uma exploração eficiente das capacidades humanas não pode ignorar o papel da saúde na vida humana e as oportunidades de as pessoas obterem uma vida saudável, sem doenças e sofrimento evitáveis ou mortalidade prematura. Uma das principais vias para enfrentar os inaceitáveis e regressivos patamares da desigualdade da região é a democratização estrutural da saúde pública.

DESIGUALDADE RACIAL E MERCADO DE TRABALHO

Mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser o lugar reservado para os afro-brasileiros. Há virtualmente uma divisão racial do trabalho que afasta os negros de certas profissões.

Ao nos debruçarmos sobre as estáticas que compreendem o rendimento médio recebido pela PEA em 2001⁷, percebemos uma extrema disparidade entre as populações branca e negra. Enquanto um trabalhador **negro** recebia **R\$ 396**, um trabalhador **branco** recebia **R\$ 810**. No ano de 2011⁸, também verificamos o fator desigualdade ao rendimento médio, onde um trabalhador **branco** recebe **R\$ 1948,96** e um trabalhador **negro** **R\$ 1053,90**.

Ainda que tenha a mesma qualificação de um branco, o afro-brasileiro continua sendo discriminado. Além disso, em termos de salários, o trabalhador branco ganha 2,5 vezes mais que um trabalhador negro [de sexo masculino] e 4,5 vezes mais que uma trabalhadora negra⁹

Os negros brasileiros têm obtido pouco sucesso na conquista de profissões de maior prestígio social, no estabelecimento de seus próprios negócios e na ocupação de posições de poder político. Há uma grande concentração de negros atuando em atividades manuais que exigem pouca qualificação e escolaridade formal. A condição

⁷ Salário Base – R\$ 180

⁸ Salário Base – R\$ 545

⁹ Cf. (PAIXÃO e CARVANO, 2008; MEDEIROS, 2004; HASENBALG, 1996; HERINGER, 2002b).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

precária de vida de um número expressivo de famílias brasileiras impõe a um grupo significativo de crianças o ingresso precoce no mercado de trabalho. O trabalho infanto-juvenil expõe as crianças a riscos diversos que podem comprometer irreversivelmente a sua integridade física e espiritual, bem como a sua formação educacional. Nessa condição aviltante predominam as crianças negras sobre as brancas.

Como afirma o relatório sobre desigualdades raciais no mercado de trabalho, “é preciso que o Estado invista em políticas públicas e implemente de fato a Convenção 111 da OIT, invertendo a lógica da estrutura de oportunidades, que está profundamente marcada por práticas violadoras de direitos e de discriminações baseadas na raça e no sexo”. Os dados explicitam, que políticas sociais de caráter universal não são suficientes, per se, para eliminar as desigualdades raciais. Essas políticas devem ser complementadas com ações afirmativas que possibilitem combater o racismo e o preconceito racial (INSPIR/DIEESE/ AFL-CIO, 1999:8).

Há uma forte correlação entre educação, mercado de trabalho, acesso a bens e serviços sociais e violência. É um ciclo vicioso de reprodução da desigualdade e da manutenção de privilégios que faz do Brasil um dos países mais desiguais do mundo. O desempenho educacional é um fator indispensável para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, que para além de gerar renda, constitui-se em um espaço privilegiado de socialização, acesso a informações e conhecimento. No Brasil, 76% da renda das famílias advém do trabalho (IPEA, 2007). Contudo, a população negra entra no mercado de trabalho em desvantagem, com níveis educacionais (anos de estudo) inferiores ao da população branca.

DESIGUALDADE RACIAL E MORTALIDADE/VIOLÊNCIA

O Mapa da Violência de 2011 mostra que os negros no Brasil são mais assassinados que os brancos. Em 2008, o total de **negros** mortos foi de **32.349** diante de **14.650** de **brancos**. A taxa de homicídio entre **negros** ficou em **33,6** para cada cem mil habitantes da mesma cor. Ela é mais do que o dobro da taxa verificada entre a **população branca 15,9**. De 2002 até 2008, o **número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650**, enquanto o **número de negros subiu de 26.915 para 32.349**. Além disso, um dos maiores agravantes está presente na **população de 15 a 25 anos**, onde



também se percebe um aumento de homicídios da população negra e um decréscimo da população branca. No ano de **2002**, ocorreram **11.308 homicídios entre os negros**, já em **2008**, contabiliza-se **12.749**. Enquanto em **2002** a **população branca** apresentou **6.592** homicídios e em **2008**, um decréscimo de **4.582**. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2011).

A violência social que atinge hoje o tecido social tem na população negra suas principais vítimas e seus principais autores. Como já apontou Teresa Caldeira (2000), “a lógica de um ciclo de violência é o oposto da lógica de uma ordem democrática”, e reflete a incapacidade do Estado em se estabelecer como autoridade moral legítima, que provê justiça, garante o espaço público e a aplicação do direito. Essa violência (racial) manifesta-se “na criminalização de jovens, genocídio justificado na delinquência ou conflitos internos, inexistência de políticas públicas, negação política, exploração social de jovens e meninas, tráfico de mulheres, negação do direito ao registro e identidade jurídica, violência contra as mulheres e sobrerrepresentação de jovens no sistema penitenciário”.

Uma pesquisa realizada por Adorno (1995:45) em São Paulo, ajuda a ilustrar mais claramente as dificuldades enfrentadas pelos negros nos sistemas de segurança pública e administração da justiça, quando se encontram como réus no âmbito da justiça criminal. A pesquisa indica que "brancos e negros cometem crimes violentos em iguais proporções, mas os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, enfrentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e revelam maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais." Em função destas ocorrências, o estudo conclui que os negros tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, com maior probabilidade de serem punidos do que os brancos. O autor afirma que, "por conseguinte, a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça" (Ibidem).

Ainda sobre a violência contra os negros os dados referentes à atuação da segurança pública na população pobre e negra são aterrorizantes. Segundo a Ouvidoria das Polícias Civil e Militar do Estado de São Paulo, entre 1990 e 1999 as polícias mataram 6.672 civis, o que corresponde a uma média de 667,2 pessoas por ano, ou 1,82 pessoa por dia. Há um nítido viés racial na ação letal do aparato policial no Brasil. Segundo indicadores levantados por Ignácio Cano, na cidade do Rio de Janeiro, entre



1993 e 1996, 70,2% dos mortos pela polícia eram negros. (PAIXÃO, 2006, pp.113-114).

Informações fornecidas pela própria Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro mostram que o número de habitantes por policial é bem mais elevado na Zona Sul e na Barra da Tijuca do que nas áreas mais populosas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, por exemplo, na Zona Sul/Barra da Tijuca havia em 1999 uma média de 351 habitantes por policial, ao passo que na Zona Oeste havia um PM para cada grupo de 647 a 1.027 habitantes, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano da Cidade do Rio de Janeiro (2000).

A população carcerária brasileira é formada com mais intensidade por pessoas negras. Muito embora não existam dados nacionais consolidados a esse respeito, segundo indicadores levantados pelo sociólogo Ignácio Cano, baseado em dados do Censo de 2000, da população carcerária masculina do Rio de Janeiro, pelo menos 55% eram negros. Embora se faça questão de mantê-los “invisíveis”, o racismo, a discriminação racial são fenômenos “presentes nos campos político, econômico, acadêmico e científico”, cujo reflexo se dá na vida diária, na educação, no emprego, na moradia e na administração da justiça. Em especial, a violência policial, a violência contra as mulheres (negras), a violência contra crianças e adolescentes. Portanto, em um mundo globalizado, não somos só diferentes, só desiguais ou só desconectados. As três modalidades de existência são complementares. (CANCLINI, 2005, p. 99).

Todas as desigualdades já citadas, entre outras mais, interagem diariamente, reforçando-se uma às outras. Traçam destinos marcados. Quando se nasce em uma família habitada pela pobreza, as possibilidades de se ter uma boa saúde e o rendimento educacional são limitados. A escolaridade será baixa, o acesso a um emprego estável será difícil, a remuneração, esporádica e reduzida, assim como a possibilidade de construir família com esses problemas. Cria-se um círculo de ferro determinado pela falta de oportunidades. (SEN e KLIKSBERG, 2010, p. 152).

A continuidade dos debates e pesquisas sobre o tema suscita questões relevantes: até que ponto a sociedade brasileira tem como preocupação o combate às desigualdades raciais? As desigualdades raciais são um problema para a sociedade Brasileira? Qual é o compromisso dos brasileiros com a redução das desigualdades em geral?¹⁰.

¹⁰ Cf. (HERINGER, 1999)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Estamos cientes de que a realidade de discriminação e desigualdade étnico-racial necessita de mudança. As desigualdades na América Latina expressam-se de maneira ainda mais aguda nos campos étnico e racial. (SEN e KLIKSBERG, 2010, p. 155). Apesar de marcada pela vulnerabilidade pessoal e social, a população negra tem força, na capacidade de resistir, de edificar processos de autonomia e ampliação do exercício da cidadania.

Uma das justificativas principais da discriminação racial no Brasil tem base na suspeição da vítima. Discrimina-se e agride-se o outro que demonstra condutas criminosas ou comportamentos social ou culturalmente desviantes. A suspeição se estrutura nas marcas sociais, referidas, no conjunto, como “aparência” (ou seja, gestos, atitudes, fala, vestimenta, cuidados com o corpo, etc.), mas cujo principal marcador é a cor da pessoa.

A percepção do país como uma democracia racial é cada vez menos consensual e, hoje, diferentes setores da sociedade têm sua agenda política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo de nossa sociedade. “A sociedade brasileira sempre se definiu como uma sociedade de mistura racial, mas sempre soube separar certos lugares sociais para negros e brancos”¹¹.

Com a tradicional ausência de indicadores sobre as desigualdades raciais ou, quando existentes, o pouco hábito de divulgá-los ou estudá-los, fortaleceram o mito da democracia racial. Na falta de dados mais precisos sobre a realidade vigente os ideólogos oficiais tendiam a mistificar nosso padrão tradicional de relacionamento interracial. (PAIXÃO, 2006, p.78).

Diante das estatísticas sobre desigualdade racial, cabe indagar: por que esses números não têm um impacto significativo sobre a chamada “opinião pública”, sobre todos setores de pesquisa acadêmica? Como é possível que intelectuais possam desconhecê-los e/ou considerá-los como pouco relevantes?

Vale trazer para o debate acadêmico e político, como nos sugere Heringer (2001), um componente da realidade brasileira que ainda permanece pouco visível: a

¹¹ Para maiores detalhes confira: (LIMA, 2001:246 e SKIDMORE, 1999).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

relevância da luta contra as desigualdades raciais como um aspecto importante para se pensar o acesso à oportunidades iguais na sociedade brasileira. Em que medida o reconhecimento da necessidade de enfrentar as desigualdades raciais se traduz em propostas concretas de ação? De que forma diferentes atores sociais, notadamente o Estado e as organizações da sociedade civil, estão se posicionando quanto a esta necessidade? Que estratégias de ação estes atores estão definindo? Como se posicionam em relação ao recente debate sobre a adoção de políticas de ação afirmativa?

Ciente da dificuldade de tornar a questão racial um tema central na agenda pública proponho ao longo desta pesquisa formular denúncias e alertas que articulem a desigualdade racial (e as suas consequências) ao tema mais geral da igualdade e da democracia. Debater, cada vez mais, os temas da educação, mercado de trabalho, saúde, mortalidade, violência, racismo e segurança pública, talvez, seja o melhor caminho para se atingir ações concretas de justiça social. Urge um esforço teórico e político de reconstruir o nexo entre questão racial e questão democrática. Confiante de que as pesquisas sobre desigualdade racial deveriam estar mais relacionadas à elaboração de políticas públicas, sobretudo, nas de áreas supracitadas as quais afetam mais a população negra.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: **Novos Estudos** – CEBRAP. São Paulo, n°. 43, novembro de 1995.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **Ipea**. Igualdade Racial. Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 14, 2007.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: **Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática. 2 v, (1978 [1965])

GÁRCIA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. **Os Números da Cor. Rio de Janeiro**: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1996.

_____. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: **Cor e Estratificação Social** (C. Hasenbalg, N. V. Silva & M. Lima, org.), pp. 217-230, Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

_____. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. São Paulo: Vértice, 1988.

HASENBALG, C. e SILVA, N. V. **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HENRIQUES, R., **Desigualdade Racial no Brasil**: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Texto para Discussão 807. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

HERINGER, R. **Desigualdades raciais no Brasil**: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002b. Suplemento.

_____. **Um balanço das políticas de ação afirmativa no Brasil: 1995-2005**. Advir (ASDUERJ), v. 19, p. 51-54, 2005.

_____. **Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, 23:291-334, 2001.

HERINGER, R; FERREIRA, R. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período de 2001 a 2008. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer. (Org.). **Caminhos Convergentes** - Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung & Actionaid Brasil, 2009, v. , p. 137-194.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 3ª ed. – análise preliminar dos dados. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Brasília, setembro, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial)/DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)/AFL-CIO (American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization), 1999. Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho. São Paulo: INSPIR.

LIMA, M.,. O quadro atual das desigualdades. In: **Cor e Estratificação Social** (C. Hasenbalg, N. V. Silva e M. Lima, org.), pp. 231-240, Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça**: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAIXÃO, M. **Manifesto Anti-racista**: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

PAIXÃO, Marcelo e CARVANO, Luiz (orgs). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil**; 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SILVÉRIO, W. R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: **Caminhos convergentes**: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs.) Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; ActionAid, 2009. p. 13-38.

SKIDMORE, Thomas. **Taking Stock**: Studying Brazilian Race Relations Today. Texto apresentado no Seminário Que País é Este: Imaginação Social e Interpretações do Brasil. Rio de Janeiro, 1999.

SITES CONSULTADOS:

DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/> Acesso em: abril de 2011.

FPA. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/> Acesso em: abril de 2011.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: abril de 2011.

IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/OsMecanismosDeDiscriminacaoRacialNasEscolas.pdf> Acesso em: janeiro de 2011.

LAESER. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/> Acesso em: abril de 2011.

PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home/> Acesso em: abril de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MAPA DA VIOLÊNCIA – 2011. Disponível em:
<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/> Acesso em: maio de 2011.

MINISTÉRIA DA JUSTIÇA: Disponível em:
<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm> Acesso em: abril de 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/default.cfm> Acesso em: abril de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/> Acesso em: abril de 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>
Acesso em: abril de 2011.

SUS. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/default.cfm> Acesso em: abril de 2011.